

Marize Mattos Dall Aglio-Hattner
(Universidade Estadual Paulista - UNESP)

George Henrique Nagamura
(Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR)

Beatriz Goaveia Garcia Parra
(Universidade Estadual Paulista - UNESP)

O papel das relações gramaticais na análise da transparência e da opacidade em línguas indígenas do Brasil

ABSTRACT: The objective of the present work is to offer a discussion on the relevance of grammatical relations as a criterion of analysis to define the degree of transparency and opacity in different languages within the theoretical framework of Functional Discourse Grammar (Hengeveld; Mackenzie 2008). In order to demonstrate the applicability of this criterion and its adequacy to the model, we analyze the relations between the actor and undergoer semantic roles and the syntactic function subject expressed in a sample constituted by twelve indigenous languages from Brazil. Regarding this criterion, the results reveal the predominance of opaque languages, in which the difference in semantic roles is neutralized in the morphosyntactic coding process, and only one case of a transparent language, in which actor and undergoer functions are always codified by different markings.

KEYWORDS: Grammatical Relations; Transparency; Opacity; Functional Discourse Grammar; Brazilian Native Languages

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir a relevância das relações gramaticais como critério de análise para a definição dos graus de transparência e de opacidade nas diferentes línguas a partir do arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie 2008). Para demonstrar a aplicabilidade do critério e sua adequação ao modelo teórico adotado, analisamos as relações entre os papéis semânticos actor (ativo) e undergoer (inativo) e a função sintática sujeito expressas em uma amostra composta por doze línguas indígenas do Brasil. Em relação a esse critério, os resultados revelam i) a predominância de línguas opacas nas quais a diferença de papel semântico é neutralizada na codificação morfossintática; ii) apenas um caso de língua transparente, que codifica as funções actor e undergoer sempre com marcas diferentes.

PALAVRAS-CHAVE: Relações gramaticais; Transparência; Opacidade; Gramática Discursivo-Funcional; Línguas indígenas do Brasil.

1. Introdução

Embora o termo **relações gramaticais**¹ possa ser utilizado para se referir a qualquer relação de dependência gramatical, é mais largamente empregado para se referir a propriedades morfossintáticas que relacionam um argumento a uma oração, sendo as categorias relacionais mais básicas as de sujeito, objeto direto e objeto indireto. As relações gramaticais são identificadas por algumas propriedades formais fundamentais, como a concordância verbal, a atribuição de caso e a ordem.

Segundo Bickel (2011: 1), “o que é crucial sobre a noção tradicional de relações gramaticais é que elas (a) são identificadas por propriedades sintáticas, e (b) relacionam um argumento a uma oração”.² É nesse sentido que as relações gramaticais se diferenciam das relações semânticas, visto que as relações semânticas se estabelecem entre argumentos e predicados e não entre argumentos e orações. Uma relação gramatical pode expressar diversos papéis semânticos e, por sua vez, um determinado papel semântico pode ser expresso por relações gramaticais diferentes. Da mesma maneira, não há associação direta entre relações gramaticais e funções pragmáticas, ainda que, em muitas línguas, a relação gramatical de sujeito seja uma manifestação da função pragmática de tópico.

Em resumo, como aponta Payne (1997: 133), “relações gramaticais são categorias formais automatizadas (aprendidas ou institucionalizadas) que permitem que as línguas lidem com uma gama infinita de variabilidade no domínio de papéis semânticos e estatuto pragmático”. Justamente por isso, a análise das relações gramaticais tem se mostrado uma ferramenta bastante útil nos estudos tipológicos, na medida em que permite identificar padrões de interação entre funções pragmáticas, semânticas e sintáticas.

Na Gramática Discursivo-Funcional (GDF – Hengeveld; Mackenzie 2008), modelo de gramática que orienta o estudo sobre transparência e opacidade aqui proposto, usa-se o termo **alinhamento** para se referir ao modo como unidades pragmáticas e semânticas não hierarquicamente relacionadas são representadas nas unidades morfossintáticas. Como apontam os autores,

Muitas teorias recorrem às relações gramaticais para explicar o alinhamento, assumindo a universalidade dessas relações. Na GDF, as relações gramaticais também são reconhecidas e formalizadas como funções sintáticas no Nível Morfossintático, mas elas não são consideradas como universais. As funções sintáticas são relevantes apenas nos casos em que as propriedades formais das unidades linguísticas não podem ser reduzidas às categorias pragmáticas e semânticas e às funções a elas subjacentes, ou seja, são relevantes quando há neutralização de distinções semânticas e pragmáticas (ver, por exemplo, Bakker e Siewierska 2007). Nos casos em que não existe essa neutralização, assume-se que as funções sintáticas estão presentes na representação morfossintática de uma oração. (Hengeveld; Mackenzie 2008: 316)

¹ “Funções gramaticais” e “funções sintáticas” são outros termos usados como sinônimos de “relações gramaticais”.

² what is crucial about the traditional notion of GRs is (a) that they are identified by syntactic properties, and (b) that they relate an argument to the clause.

É com base nesse princípio que pretendemos analisar o papel das relações gramaticais no estudo da transparência e da opacidade em línguas indígenas do Brasil. Para isso, investigaremos como se dá o alinhamento entre as funções semânticas *actor* e *undergoer* e a função sintática de sujeito em uma amostra composta por doze línguas indígenas do Brasil (apurinã, apinajé, dâw, guajá, kanoê, kotiria, matis, matsés, sabanê, tariana, xavante e wapixana),³ a fim de detectar traços de transparência ou de opacidade na relação entre a função semântica e a expressão morfossintática do sujeito oracional.

Este trabalho organiza-se da seguinte maneira: na seção 2 apresentamos os conceitos e diferenciações das noções de função semântica e relações gramaticais, enfocando a função sujeito. Na seção 3 discorremos, brevemente, sobre o arcabouço teórico da GDF e o tratamento que esta teoria confere à análise da transparência e da opacidade no que diz respeito ao critério das relações gramaticais. Na seção 4, apresentamos a composição da amostra aqui adotada e abordamos dois aspectos da análise: o modo de codificação do sujeito e a análise da transparência e da opacidade nas línguas investigadas. Encerram este trabalho as Considerações Finais, em 5.

2. Diferenciando funções semânticas e relações gramaticais

2.1. Funções semânticas

Hengeveld e Mackenzie (2008: 195) definem **funções semânticas**⁴ como sendo reflexos da consciência cognitiva de que os participantes de um estado de coisas desempenham algum papel na realização desse estado de coisas. Nessa mesma concepção, Farrell (2005: 1) argumenta que, quando comunicamos algo sobre o mundo real, identificamos o papel realizado pelos participantes e o processo em que eles estão envolvidos.

As funções semânticas são, portanto, categorias bastante específicas que emergem ao considerar a detalhada semântica das classes verbais. (cf. Farrell, 2005: 5-6). Assim, em um evento guiado pela ação de “matar”, são necessários dois participantes, visto que um deles será o desencadeador da ação de matar, e o outro sofrerá a ação de ser morto. Já em um evento guiado pela ação de “comprar”, tem-se, além do comprador e da coisa comprada, o participante para quem se compra algo.

O inventário das funções semânticas consideradas relevantes para a descrição de diferentes línguas varia conforme o suporte teórico adotado, assim como são bastante divergentes as definições dessas funções na literatura, como se pode perceber na comparação das propostas de Fillmore (1968), Chafe (1970), Jackendoff (1972, 1990), entre outras.

³ Neste trabalho, os nomes das línguas analisadas estão grafados segundo a forma encontrada nos materiais consultados para a investigação.

⁴ Também chamados **papéis temáticos** ou **casos semânticos** (Fillmore, 1968).

Embora seja possível encontrar, em diferentes línguas, sujeitos que exerçam a macrofunção *locative*, devido ao recorte adotado neste trabalho, analisaremos apenas os sujeitos que desempenham as funções semânticas *actor* e *undergoer*.

2.2. Relações gramaticais

Observando os exemplos apresentados na seção anterior, é possível perceber que as entidades linguísticas, além de estabelecerem uma relação semântica com o núcleo do predicado, isto é, além de exercerem funções semânticas dentro do estado de coisas designado, também estabelecem uma relação sintática com esse núcleo. A essa relação sintática denomina-se **relações gramaticais** ou **funções sintáticas**. Comparemos os termos destacados em (5a-c):

- (5) a. **O menino** quebrou a janela.
 b. **João** andava preocupado demais.
 c. **O armário amarelo** guarda meus livros de inglês.

Com base nas macrofunções definidas pela GDF, é possível classificar “o menino”, “João” e “o armário amarelo”, respectivamente, como *actor*, *undergoer* e *locative*. Porém, em termos sintáticos, todas essas entidades exercem uma mesma função: a de sujeito da oração.

Farrell (2005: 5-6) argumenta que, enquanto as funções semânticas recebem nomenclaturas bastante específicas para ilustrar a também específica relação que os elementos estabelecem em seu emprego com classes verbais detalhadas – como, por exemplo: agente, fonte, recipiente, destinatário, etc. –, as relações gramaticais são categorias que envolvem vários papéis específicos e cuja nomenclatura – tal como sujeito, objeto direto, objeto indireto, etc. – deixa pouco ou não clara a natureza conceptual desses papéis.

Nessa mesma perspectiva, Cunha (2006: 121) define as funções sintáticas, ou relações gramaticais, como categorias formais automatizadas, isto é, que são aprendidas ou institucionalizadas e que permitem às línguas lidar com a extensa variedade de funções semânticas e de *status* pragmáticos, estabelecendo, portanto, uma correlação frouxa com as relações pragmáticas e semânticas.

É possível, portanto, verificar que não há uma correspondência biunívoca entre função semântica e relações gramaticais. Assim, entidades com funções semânticas distintas podem desempenhar uma mesma função sintática, como vimos em (5a-c), ou que entidades com a mesma função semântica exerça funções sintáticas distintas, como nos exemplos (6a-b), em que o termo “a menina” é *undergoer* em ambos os casos, mas exerce a função sujeito, na primeira oração, e objeto direto na segunda:

- (6) a. **A menina** estava triste.
 b. A cobra picou **a menina**.

Do ponto de vista morfossintático, as línguas podem fazer uso de diferentes mecanismos para indicar a variação de funções semânticas em uma função sintática específica. Nosso objetivo nesse estudo é verificar se, nas línguas indígenas estudadas, há diferenças morfossintáticas na expressão do sujeito a depender da função semântica desempenhada. Por isso, na sequência, focalizaremos as propriedades dessa função sintática.

2.2.1. A função sintática sujeito

Embora amplamente difundida, a definição de sujeito como o ser sobre o qual se faz uma declaração não é suficiente para diferenciar a categoria sintática sujeito da categoria discursiva tópico. A esse respeito vejamos os exemplos de Pezatti (2014: 39):

- (7) a. A **Ana** deu um livro ao Gonçalo.
b. Desse livro **eu** li umas cem páginas.

Em (7a), a definição tradicional de sujeito se mantém, pois o termo “a Ana” corresponde ao sujeito da oração com função pragmática tópico. Já em (7b), a definição de sujeito como o ser sobre o qual se faz uma declaração não é válida, pois “desse livro” corresponde ao tópico e o sujeito é o pronome **eu**.

Li e Thompson (1976) propõem uma diferenciação das funções sujeito e tópico. Para os autores, o **sujeito** constitui um argumento da oração e, por isso, está sempre sujeito às restrições de seleção impostas pelo verbo, sendo possível predizer, em alguns casos, as propriedades semânticas que o sujeito necessita ter para ser argumento de determinado verbo (para o verbo “matar”, por exemplo, espera-se um sujeito animado). Além disso, em diversas línguas o sujeito tende a apresentar alguma forma de concordância com o verbo. Outra propriedade do sujeito é a de que o termo que desempenha tal função não precisa ser definido nem apresentar uma função semântica,⁶ e a posição ocupada pelo sujeito dentro da oração pode variar de língua para língua e até mesmo dentro de uma mesma língua.

O **tópico**, por outro lado, não necessariamente constitui um argumento do verbo e, por isso, não está restrito às limitações impostas pelo núcleo oracional e nem é previsível a partir dele, bem como não estabelece concordância com o verbo. O tópico, ao contrário do sujeito, é sempre definido, ou seja, composto de uma informação já compartilhada pelos interlocutores, e tem uma função discursiva inerente que é a de especificar a entidade sobre a qual se refere a oração. Outra particularidade é que sempre o sujeito, mas nunca o tópico, realiza processos gramaticais como reflexivização, passivização e apagamento de elementos correferenciais.

⁶ Exemplos de sujeitos sem função semântica são os expletivos, como o pronome *it* do Inglês. Na oração *it's rain*, o pronome não desempenha uma função semântica, mas apenas ocupa a posição sintática de sujeito, obrigatória na língua.

A constatação de tais propriedades levou Li e Thompson (1976) a concluir que o tópico é uma categoria discursiva, enquanto o sujeito é uma categoria interna à estrutura oracional.

Com base no funcionalismo de Dik (1989), Camacho (1996: 261) defende que a concepção do sujeito, bem como a do objeto, está voltada para a perspectivização da informação apresentada na oração, pois, como as funções sujeito e objeto são atribuídas a termos com diferentes funções semânticas, tal atribuição acaba por reorganizar a orientação básica do estado de coisas descrito. Essa reavaliação das atribuições das funções sujeito e objeto está baseada na teoria dos casos de Fillmore (1977), para quem um estado de coisas deve ser descrito como uma cena em que alguns elementos são destacados em detrimento de outros.

De acordo com essa proposta, a escolha de qualquer predicado verbal que identifique um aspecto particular do estado de coisas descrito obriga que se coloque em perspectiva uma ou mais entidades a ele vinculadas. A perspectiva básica proposta por Fillmore segue do primeiro argumento para o segundo, e do segundo para o terceiro, caso este seja exigido pela estrutura argumental do verbo. Sendo assim, atribui-se a função sujeito ao argumento que ocupa o primeiro lugar na escala de relevância das entidades envolvidas em determinado estado de coisas, e a função objeto ao argumento que ocupa o segundo lugar. Observemos a estratégia de perspectivização aplicada nos exemplos a seguir:

- (8) a. A onça atacou o menino.
b. O menino foi atacado pela onça.

Comparando os enunciados em (8a-b), observamos que em (8a) o estado de coisas é descrito a partir do ponto de vista do argumento *actor*, que recebe a função sujeito, enquanto em (8b) a perspectiva adotada passa a ser a do argumento *undergoer*, que desempenha a função sujeito da oração passiva.

Hengeveld e Mackenzie (2008: 35) observam que, tipologicamente, a atribuição da função sujeito a entidades com funções semânticas distintas pode variar de língua para língua a depender da seguinte hierarquia:

Actor > Undergoer > Locative

Segundo tal hierarquia, uma língua que permite atribuir a função sujeito a entidades com função semântica em um ponto à direita da hierarquia também permitirá atribuir essa função sintática às funções semânticas à esquerda. Assim, uma língua que atribui a função sintática sujeito a um *locative*, também permitirá a atribuição dessa função a um *undergoer* e a um *actor*. Já uma língua que permite a atribuição da função sujeito a um *undergoer* não permitirá que um *locative* desempenhe essa função, mas permitirá ao *actor*.

A aceitabilidade dessa hierarquia de funções semânticas pode ser compreendida tendo em vista a noção de perspectivização aqui discutida. Como argumentam Hengeveld e Mackenzie (2008: 36), o falante, enquanto ser humano, adota com mais naturalidade o ponto de vista do *actor*, ao passo que a descrição de um estado de coisas do ponto de vista do *undergoer* ou *locative* exige maior esforço cognitivo.

3. Uma visão geral da transparência e da opacidade na GDF

A noção de transparência é definida na GDF como uma relação de um-para-um entre significado e forma (Hengeveld 2011; Hengeveld; Leufkens inédito). Para se compreender, entretanto, a natureza dessa relação, apresentaremos, de modo sucinto, a organização da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie 2008).⁷

A GDF é concebida como o componente gramatical de um modelo de interação verbal, estruturado de forma modular, em diferentes níveis, que, por sua vez, contém diferentes camadas. São quatro os níveis descritos no modelo, podendo ser definidos da seguinte maneira: o nível interpessoal captura todas as distinções que se referem à interação entre o falante e o ouvinte, referindo-se, portanto, a distinções pragmáticas; o nível representacional lida com o aspecto semântico das unidades linguísticas, sendo, portanto, de natureza ontológica; os níveis morfossintático e fonológico encarregam-se da codificação formal das distinções realizadas nos níveis interpessoal e representacional, como os próprios nomes apontam, em termos de estratégias morfossintáticas e fonológicas, respectivamente. Todos esses níveis são estabelecidos em uma estrutura hierárquica, sendo o nível interpessoal o mais alto na hierarquia, seguido do representacional, do morfossintático e, por fim, do fonológico.

Mais especificamente, Hengeveld e Leufkens (inédito) definem a relação de transparência como um mapeamento um-para-um entre unidades dos quatro níveis da organização estrutural da GDF. Por sua vez, o conceito de opacidade é definido como o oposto dessa relação. Uma vez que o processamento da linguagem nessa teoria se dá de maneira descendente, em que as escolhas de níveis mais altos determinam as escolhas dos níveis mais baixos, um mapeamento entre unidades dos níveis representacional e morfossintático, implica também escolhas do nível interpessoal. Dessa maneira, pode-se agrupar as relações de transparência da seguinte forma:

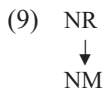
- i. Nível Interpessoal - Nível Representacional
- ii. Nível Interpessoal/Representacional - Nível Morfossintático
- iii. Nível Interpessoal/Representacional/Morfossintático - Nível Fonológico

Uma vez que o presente artigo se limita ao exame das relações gramaticais, estaremos lidando com uma relação do tipo (ii). Nosso enfoque, porém, recai sobre os dois últimos níveis dessa relação – o representacional e o morfossintático – visto que analisaremos o alinhamento entre as funções semânticas e a função sintática sujeito.

Com base no critério das relações gramaticais, definido por Hengeveld (2011: 12) e por Hengeveld e Leufkens (inédito), uma língua é considerada transparente quando uma entidade pragmática ou semântica é sempre morfossintaticamente codificada da mesma forma, independentemente da relação gramatical por ela exercida.

⁷ Um tratamento mais detalhado sobre a concepção de transparência e de opacidade para a GDF é oferecido no artigo *Transparência linguística* (Camacho et al), neste mesmo volume.

Com respeito às relações gramaticais, será considerada transparente a língua que apresentar uma relação um-para-um entre a função semântica desempenhada pela unidade linguística e a sua codificação morfossintática, conforme esquema em (9):



Hengeveld (2011) ilustra essa relação transparente com a língua acehnese em que, se o sujeito oracional corresponder à função semântica *actor*, ele será expresso por meio de uma forma proclítica ligada ao verbo (10), enquanto o sujeito *undergoer* será expresso por meio de uma forma enclítica (11):

(10) Acehnese (Durie 1985 apud Hengeveld 2011: 13)
lôn teungöh=lôn=jak.
1 M=1.A=ir
“Eu estou indo.”

(11) Acehnese (Durie 1985 apud Hengeveld 2011: 13)
gopnyan galak=geuh that.
3.POL feliz=3.POL.U muito
“Ele está muito feliz.”

Esse alinhamento é, portanto, transparente, e pode ser assim representado:

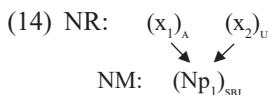


Línguas opacas em relação ao critério das relações gramaticais, por sua vez, podem apresentar um alinhamento de muitos-para-um ou de um-para-muitos entre as unidades semânticas e as unidades morfossintáticas na expressão do argumento sujeito. No primeiro caso, unidades com funções semânticas distintas podem receber a mesma codificação quando desempenham tal função sintática. Um exemplo de tal tipo de alinhamento é observado em português, língua em que a função sintática sujeito pode expressar tanto a função semântica de *actor*, como de *undergoer*:

(13) a. **Eu** matei a cobra.

b. **Eu** estou feliz.

Essa relação pode ser representada da seguinte forma:



Trata-se, portanto, de uma relação opaca, dado que elementos com funções semânticas distintas advindas do nível representacional podem ser codificados em uma mesma função sintática no nível morfosintático.

Já a relação de um-para-muitos ocorre quando o argumento sujeito, mesmo desempenhando uma mesma função semântica, é codificado de formas distintas. Um exemplo seria uma língua que ora codifique o sujeito *undergoer* por meio de uma forma proclítica e ora por uma forma enclítica, conforme representado em (15):



Nesses casos de opacidade, a diferença na codificação do argumento sujeito não é motivada pelos aspectos semânticos, mas sim por fatores de outra natureza, tais como as propriedades vinculadas ao contexto da oração: transitividade, polaridade, tipo de núcleo do predicado, etc.

Feita essas breves considerações sobre o tratamento das relações de transparência e de opacidade dado pela GDF, em especial nas relações que envolvem o nível morfosintático, passemos à análise dos dados.

4. As relações gramaticais em línguas indígenas do Brasil

Nesta seção abordaremos a relevância das relações gramaticais enquanto critério para a análise da transparência e da opacidade, tendo por base os resultados da análise de uma amostra de línguas indígenas do Brasil. Antes de expormos, porém, os resultados, faz-se necessária uma breve explicação a respeito dos aspectos metodológicos que guiaram a constituição da amostra linguística aqui utilizada, bem como a organização das ocorrências investigadas.

4.1. Aspectos metodológicos da pesquisa

Para a realização deste trabalho foram analisadas doze línguas indígenas do Brasil, abrangendo um total de sete famílias linguísticas e uma língua isolada. A variedade de línguas e famílias que constitui nossa amostra permite observar dados linguísticos diversos a fim de apontar padrões e peculiaridades relacionadas à transparência e à opacidade na codificação das relações gramaticais. A amostra linguística utilizada em nosso estudo é descrita no quadro 1, no qual elencamos, nas colunas da esquerda para a direita, as famílias linguísticas, as línguas nativas e o material-base utilizado para o levantamento dos dados:

Quadro 1: Amostra das línguas nativas do Brasil

Família	Língua	Material descritivo
Aruák (Arawak)	apurinã	Facundes (2000)
	tariana	Aikenvald (2003)
	wapixana	Santos (2006)
Jê	apinajé	Oliveira (2005, 2014)
	xavante	Oliveira (2007)
Makú (Nadahup)	dâw	Martins (2004)
Nambikwára	sabanê	Araújo (2004)
Pano	matís	Ferreira (2005)
	matsés	Fleck (2003)
Tucano	kotiria	Stenzel (2013)
Tupi-Guaraní	guajá	Magalhães (2007)
Língua isolada	kanoê	Bacelar (2004)

As fontes bibliográficas consistem de materiais descritivos diversos, tais como gramáticas, teses e dissertações. Tendo em vista a variedade de convenções e nomenclaturas que moldam a organização desses materiais de acordo com a filiação teórica e os propósitos investigativos de cada pesquisador, foi necessária uma padronização das glosas das ocorrências, de maneira a viabilizar a submissão desses dados à análise segundo o modelo teórico GDF. A reanálise das glosas foi efetuada tendo por base os códigos definidos pelas *Leipzig Glossing Rules*, bem como os adotados por Hengeveld e Mackenzie (2008).

Feitas estas considerações metodológicas, apresentamos, em 4.2, as estratégias morfossintáticas utilizadas pelas línguas nativas aqui abordadas na expressão do argumento sujeito, para, em 4.3, focar no estudo da transparência e da opacidade na codificação das relações gramaticais em tais línguas.

4.2. A marcação da função sintática sujeito

Nas línguas que compõem a amostra, observamos que a marcação da função sintática sujeito pode ocorrer de três diferentes formas: por meio da ordenação dos constituintes da oração, por meio da morfologia verbal e por meio da morfologia nominal, que inclui tanto a presença de morfemas ligados ao nome, como a presença de pronomes específicos marcando a função sintática desempenhada pelo argumento.

A ordem dos constituintes enquanto estratégia morfossintática para codificar o sujeito é verificada no Dâw. Segundo Martins (2004), nessa língua, o argumento que ocupa a função de sujeito irá ocorrer anteposto ao verbo, no caso das orações assertivas, e posposto ao verbo no caso das orações não assertivas. As posições do sujeito nas orações assertivas e não assertivas são ilustradas respectivamente pelos exemplos (16) e (17):

(16) Dâw (Martins 2004: 523)

S	V	O
<i>pʻʻ?</i>	<i>jũt-éʻ?</i>	<i>méʻt</i>
avó	matar-PST	cutia

“A avó matou a cutia.”

(17) Dâw (Martins 2004: 523)

vocativo	V	S
<i>méʻn</i>	<i>té/</i>	<i>jòm</i>
1SG.POSS	filho	chegar
		2SG

“Meu filho, você já chegou?”

Em (16), *pʻʻ?* (“avó”) ocupa a posição pré-verbal, sendo então o sujeito da oração assertiva, enquanto que, em (17), reconhece-se *ʻãm* (“você”) como sujeito da oração não assertiva pelo fato de esse pronome pessoal ocorrer em posição pós-verbal.

Já em línguas cuja ordem dos constituintes não assegura a marcação das funções sintáticas, são usadas **estratégias morfológicas** para identificar os constituintes na função de sujeito da oração, seja por meio do uso de afixos presos ao verbo, de afixos presos aos nomes e/ou de morfemas livres concordando com o argumento sujeito.

Em Apurinã, por exemplo, a distinção das funções sintáticas de sujeito e de objeto é feita pela **morfologia verbal**, de modo que a marcação de sujeito aparece prefixada ao verbo, e a marcação de objeto aparece na forma de sufixo, como mostram (18) e (19):

(18) Apurinã (Facundes 2000: 474)

<i>Pite</i>	<i>n-atama-ta</i>	<i>nota</i>
2SG	1SG-ver-VBLZ	1SG

“Eu vi você.”

(19) Apurinã (Facundes 2000: 474)

<i>pita</i>	<i>akirita-no</i>	<i>nota</i>
2SG	chamar-1SG.OBJ	1SG

“Você me chamou”

Em 18, o prefixo de primeira pessoa do singular $\{n-\}$ acoplado ao verbo indica que o pronome de primeira pessoa *nota* é o sujeito da oração. Já na ocorrência em (19), o sufixo de primeira pessoa do singular $\{-no\}$ posposto à raiz do verbo *akirita* (“chamar”) indica que o pronome *nota* não mais representa o sujeito, mas sim o objeto da oração. Em outras palavras, em apurinã, o sujeito é marcado por prefixo $\{n-\}$, e o objeto, por sufixo $\{-no\}$.

Diferentemente do Apurinã, que marca as funções sintáticas pela morfologia do verbo, outras línguas fazem tal distinção na morfologia dos próprios argumentos. É o que ocorre com as línguas cujos argumentos recebem marcação de caso. O Matis e o Matsés, pertencentes à família pano, são línguas do tipo ergativo-absolutivo, isto é, que marcam o sujeito de verbos intransitivos e o objeto de verbos transitivos com um sufixo do caso absolutivo, e o sujeito de verbos transitivos com um sufixo do caso ergativo, conforme ilustram as ocorrências a seguir:

(20) Matis (Ferreira 2005: 253)

wapa-ø *uʂ-a-k*
 cachorro-ABS dormir-RECPST-DECL
 “O cachorro dormiu.”

(21) Matis (Ferreira 2005: 251)

ʂapu-n *tʃawa-ø* *tonka-a-ʂ*
 sapu-ERG queixada-ABS matar c/ arma-RECPST-PERC
 “Sapu matou com arma a queixada.”

A ausência de uma expressão formal é a estratégia utilizada pela língua para codificar o caso absoluto, como é comum nas línguas em geral. Assim, em (20), por se tratar de uma oração intransitiva, o sujeito absoluto não é marcado. Já na oração transitiva, representada em (21), o sujeito *ʂapu* recebe o sufixo {-n}, referente ao caso ergativo, e o objeto *tʃawa* é codificado como absoluto, não sendo marcado morfologicamente.

Embora tenhamos identificado em nossa amostra três principais padrões de marcação das funções sintáticas, verificamos que eles não são absolutos, pois todas as línguas analisadas apresentaram a combinação de estratégias para diferenciar o argumento sujeito do argumento objeto, ainda que algumas dessas combinações estejam restritas a contextos específicos, muitas vezes relacionados à expressão do argumento sujeito por meio de um pronome. Tomemos como exemplo as ocorrências (22) e (23), da língua *sabanê*:

(22) *Sabanê* (Araújo 2004: 174)

deypa-mi *pi-im-i-tasa-datinan*
 cobra-REFR.A 1PL-picar-VBLZ-IMM-PST.EV
 “A cobra quase nos picou.”

(23) *Sabanê* (Araújo 2004: 181)

pi-ma-taw-i-telon
 1PL-2.U-cortar-VBLZ-FUT.EV
 “Nós te cortaremos.”

Em *Sabanê* há uma mistura das estratégias morfológicas verbais e nominais na marcação das funções sintáticas: o argumento sujeito pode ser marcado ora na morfologia nominal, por meio do sufixo {-mi}, quando o argumento é expresso por um sintagma nominal, como em (22); ora na morfologia verbal, por meio de um pronome prefixado ao verbo, como {pi-} em (23).

4.3. Análise da transparência e da opacidade segundo as relações gramaticais

Entre as línguas analisadas, o tipo mais comum de relação opaca se expressa pela neutralização das funções *actor* e *undergoer* na função sintática de sujeito. Um exemplo prototípico é a língua *dâw*. Nessa língua, o sujeito é codificado por sua posição anterior ao verbo, como mostram os exemplos a seguir, em que o sujeito pode expressar tanto um *actor* (24), como um *undergoer* (25), sem que haja qualquer marca morfossintática que diferencie essas funções:

(24) Dâw (Martins 2004: 536)
kegte hɔd xrd bɔg
 Kegté sair passar aí
 “O Kegté saiu dali.”

(25) Dâw (Martins 2004: 536)
lát xɔb xrd
 lata furar.INTR DUR
 “A lata furou.”

Outro exemplo de neutralização das funções *actor* e *undergoer* encontra-se na língua wapixana, como ilustram (26) e (27):

(26) Wapixana (Santos 2006: 209)
ĩĩ kizit-a-n zamaka
3SG.M rasgar-EP-IND rede
 “Ele rasgou a rede.”

(27) Wapixana (Santos 2006: 207)
ĩĩ zamaz-in
3SG.M fome-REFL
 “Ele sente fome.”

Nessa língua, também não há nenhuma diferença na expressão dos argumentos sujeitos, já que o mesmo pronome de terceira pessoa *ĩĩ* (“ele”) é empregado para codificar tanto o sujeito *actor* (26) como o sujeito *undergoer* (27).

Há outras línguas da amostra que também exibem esse tipo de relação opaca. No Tariana (Aikhenvald 2003), os sujeitos de construções intransitivas expressos por sintagmas nominais com as funções *actor* e *undergoer* não são marcados. O Apurinã (Facundes 2000) utiliza prefixos para expressar a função de sujeito independentemente da função semântica assumido por esses argumentos. O Kotiria (Stenzel 2013) se caracteriza pela ausência de marcações no sujeito que determinem a função semântica e por induzir a concordância no verbo sem se relacionar aos aspectos semânticos do argumento. O Guajá (Magalhães 2007) e o Xavante (Oliveira 2007), por seu turno, requerem uma explicação mais detalhada, pois apresentam diversas estratégias para codificar o argumento sujeito motivadas não pelas funções semânticas desempenhados, mas por diversas propriedades relacionadas à oração em si.

A língua xavante faz uso de três estratégias morfossintáticas para marcar o sujeito: pela ordem fixa SV no caso de orações intransitivas, pela presença de morfemas livres que concordam em pessoa com o sujeito e pelo uso de prefixos de pessoa no predicado. Essas estratégias podem coincidir em um mesmo enunciado ou não a depender de fatores ligados à oração como a transitividade, a polaridade e o tipo de núcleo do predicado. Observemos os exemplos a seguir:

(28) Xavante (Oliveira 2007: 231)
hu'u te ø-wara
 onça **3.SBJ.PRS** **3.SBJ-correr**
 “A onça corre.”

(29) Xavante (Oliveira 2007: 80)
wede ma ø-dzada
 madeira 3.SBJ.PST 3.SBJ-queimar
 “O pau queimou.”

(30) Xavante (Oliveira 2007: 174)
ai'uté ø-wawai ð di
 criança 3.SBJ-chorar NEG COP
 “A criança não chorou.”

(31) Xavante (Oliveira 2007: 235)
a-tsa'ëtē di
 2.SBJ-grande COP
 “Você é grande.”

Quando as orações intransitivas são afirmativas, o sujeito oracional é anteposto ao predicado e marcado pelo morfema livre *te* para presente e *ma* para passado, independentemente de esse sujeito desempenhar a função *actor* ou *undergoer*, como vemos em (28) e (29) respectivamente. Nas orações negativas (30), no entanto, o morfema livre sujeito não é expresso. Já nas orações que apresentam um predicado nominal (31), a marcação do sujeito se realiza apenas por meio do prefixo de pessoa no predicado. Logo, a forma de expressão do sujeito nessa língua não é determinada pelos aspectos semânticos do constituinte que desempenha essa função sintática.

Caso similar é verificado em Guajá. Essa língua expressa o sujeito pronominal por meio de duas estratégias: pronomes livres e clíticos prefixados ao verbo. A primeira estratégia é utilizada para codificar o argumento sujeito de predicados verbais (32), e a segunda estratégia, que também é utilizada para marcar o argumento objeto das orações transitivas, é empregada para codificar o argumento sujeito de predicados adjetivais (33), como vemos nos exemplos a seguir:

(32) Guajá (Magalhães 2007: 50)
jahá ni=r-ixá
 1SG 2SG=RELR-ver
 “Eu te vi.”

(33) Guajá (Magalhães 2007: 52)
ha=r-ahý
 1SG=RELR-doente
 “Eu estou doente.”

Embora, em um primeiro momento, essas ocorrências nos levem a pensar que haveria uma relação de transparência entre as funções semânticas e a forma de expressão do sujeito em Guajá, a existência de enunciados como (34), no entanto, contraria essa expectativa

(34) Guajá (Magalhães 2007: 52)
ha=ø-mén-a ø-já'ó tá ha=ø-jahó=mehẽ
 1SG=RELR-marido-NMLZ 3-chorar ASP.IMPF 1SG=RELR-ir=quando
 “Meu marido vai chorar quando eu for embora.”

A análise de (34) revela que não há uma relação transparente entre o sistema pronominal do Guajá e a expressão das funções *actor* e *undergoer*, pois embora os pronomes livres apresentem a tendência de codificar o sujeito *actor*, como vimos em (32) e os clíticos, sujeitos *undergoers*, como em (33), o exemplo (34) ilustra o uso de um pronome clítico codificando um sujeito *actor* na segunda oração subordinada. Nesse caso, a expressão do sujeito não é mais determinada pela função semântica do argumento, mas pelas propriedades sintáticas da oração, isto é, pelo fato de ser uma oração subordinada.

Outra forma de marcar o argumento sujeito em Guajá é por meio de um prefixo indicador de número e pessoa ligado ao verbo. No que diz respeito a essa marcação, também notamos uma relação opaca com relação à função semântica do argumento sujeito, pois, como vemos em (35) e (36), a expressão do sujeito *actor* ou *undergoer*, respectivamente, é idêntica:

(35) Guajá (Magalhães 2007: 187)

amõ mehẽ a-manõ tá ni=ø-pé
 outro quando 1SG-dar ASP.IMPF 2SG=RELR-para
 “Outro dia eu darei a você.”

(36) Guajá (Magalhães 2007: 189)

a-kijé há-já, a-kijé tukú r-ia
 1SG-temer RELR-de 1SG-temer gafanhoto RELR-de
 “Eu tenho medo dele, eu tenho medo de gafanhoto.”

Assim, na língua guajá, a expressão dos argumentos é condicionada pelo tipo de núcleo do predicado – verbal ou adjetival – e pelo estatuto da oração – independente ou dependente – e não pela função semântica desempenhada pelos participantes do evento descrito. Por isso, é uma língua opaca em relação ao critério aqui descrito.

Também foram observadas na amostra relações de opacidade em línguas caracterizadas pelo sistema ergativo-absolutivo, como o Matis (Ferreira 2005) e o Matsés (Fleck 2003). Nos exemplos a seguir, podemos notar que as funções *actor* (37) e *undergoer* (38), em construções intransitivas, são codificados da mesma forma, isto é, recebem a marcação do caso absolutivo:

(37) Matis (Ferreira 2005: 253)

abad-e-k awad- ø
 correr-NONPST-DECL anta-ABS
 “A anta corre.”

(38) Matis (Ferreira 2005: 219)

ibi fema-e-k
 1SG.ABS ter.sede-NONPST-DECL
 “Eu estou com sede”

Por outro lado, uma língua prototipicamente transparente segundo o critério das relações gramaticais parece ser o Sabanê (Araújo, 2004). Embora seu autor atribua aos morfemas que acompanham os argumentos oracionais a finalidade de marcar as funções sintáticas sujeito e objeto, uma reanálise com base nos aspectos semânticos da oração

permite afirmar que tais morfemas - tanto prefixos verbais como sufixos nominais -, na realidade não expressam nenhuma função sintática, mas sim as funções semânticas *actor* e *undergoer*.

Em Sabanê, os argumentos oracionais diferenciam-se quanto ao traço semântico [volição]: o argumento *actor* refere-se ao participante volitivamente envolvido em um estado de coisas, enquanto o argumento *undergoer* refere-se ao participante não volitivamente envolvido. Para marcar essa diferença semântica na expressão dos argumentos oracionais, o sistema gramatical do Sabanê dispõe de paradigmas pronominais e afixos específicos.

De acordo com Araújo (2004:179), para a expressão do argumento realizada por pronomes, o Sabanê dispõe de dois sistemas, um para argumentos agentivos (pronomes livres) e outro para argumentos pacientes (pronomes prefixais):⁸

(39) Sabanê (Araújo 2004: 178)

towali *ilul-i-dana*
1SG.A comer-vblz-PRS.EV
“Eu como.”

(40) Sabanê (Araújo 2004: 178)

t-ilup-i-dana
1SG.U-vomitar-VBLZ-PRS.EV
“Eu vomito.”

Para a expressão do argumento realizada por afixos, os argumentos com função semântica *undergoer* recebem, obrigatoriamente, o sufixo {-k/-ka}. Já o argumento *actor* pode ser marcado pelo sufixo referencial {-mi}, de uso opcional:

(41) Sabanê (Araújo 2004: 173)

towali *wayulu-k* *ip-i-datinan*
1SG.A cachorro-U ver-VBLZ-PST.EV
“Eu vi um cachorro.”

(42) Sabanê (Araújo 2004: 175)

deypa-k *koketa-mi* *ilul-a-ntal-i*
cobra-U harpia-REFR.A comer-VBLZ-PST.N-ASS
“Uma harpia comeu a cobra.”

Outras línguas da amostra, no entanto, exibem tanto traços de transparência como de opacidade na expressão do argumento sujeito, é o caso do Apinajé e do Kanoê. No caso do Kanoê, o sistema morfossintático da língua mostra-se transparente, pois apresenta dois morfemas verbais {-ro} e {-to}, que, quando presentes na oração indicam a dinamicidade do estado de coisas e a função semântica dos argumentos – *actor* e *undergoer*, respectivamente –; no entanto, a presença de tais morfemas não é obrigatória em todas as orações da língua, o que configura um aspecto opaco do Kanoê.

⁸ Uma particularidade do Sabanê é que o pronome prefixal *pi* pode ser usado tanto para *actor* como para *undergoer*. Porém, quando o pronome *pi* é *undergoer*, o sujeito *actor* recebe o sufixo agentivo *mi*, desfazendo assim a ambiguidade.

Já em relação ao Apinajé, o aspecto transparente da língua pode ser notado nas distintas formas de expressar o argumento sujeito a depender da função semântica que desempenham, conforme revelam os exemplos (43)-(45):

(43) Apinajé (Oliveira 2014: 291)

na ka iŋ-pĩ
 RLS **2.RLS** **1-matar**
 “Você me mata.”

(44) Apinajé (Oliveira 2014: 291)

kɔt kaj grɛ
 IRR **2.IRR** dançar
 “Você vai dançar.”

(45) Apinajé (Oliveira 2014: 291)

na (ka) a-j-akri
 RLS **2.RLS** **2-PRS-frio**
 “Você está frio.”

Esses exemplos demonstram que, quando o sujeito de uma oração é um *actor*, ele será expresso por meio de um pronome livre, como ocorre nas orações transitivas (43) e intransitivas (44); já quando o sujeito desempenha a função *undergoer*, ele necessariamente terá que ser marcado por um prefixo ligado ao verbo, como ocorre na oração descritiva (45).

No entanto, algumas orações do Apinajé recorrem a estratégias diferentes para codificar os argumentos nucleares da oração, como o uso de uma posposição indicativa do caso oblíquo. Essas orações constituem um tipo particular de enunciados, denominados predicados não canônicos por Oliveira (2005, 2014), e estão relacionados a verbos de tipos semânticos específicos, como verbos de cognição, de emoção, de enunciação, de sensação, entre outros, como mostram (46) e (47).

(46) Apinajé (Oliveira 2014: 295)

na pa iŋ-mã kaga nẽ
 RLS **1** **1-DAT** preguiça FACT
 “Eu estou com preguiça.”

(47) Apinajé (Oliveira 2014: 295)

na ka a-mã prəm nẽ
 RLS **2** **2-DAT** vontade FACT
 “Você está com fome.”

Observamos nesses exemplos que o sujeito *undergoer* é marcado pelo pronome pessoal livre e por um prefixo de pessoa {*iŋ-*, *a-*} ligado à posposição indicadora de caso oblíquo (dativo) {-*mã*}, sendo essa forma de codificação da função semântica diferente daquela verificada em (45).

Dessa forma, é possível dizer que, com relação à expressão das funções semânticas na função sintática de sujeito, a língua apinajé apresenta traços transparentes, pois o modo de codificação de sujeitos *actors* é diferente do modo de expressão de sujeitos *undergoers*. Por outro lado, o sistema do Apinajé também apresenta traços opacos, pois codifica sujeitos *undergoers* de modo distinto – por prefixos pronominais ou pela posposição de caso oblíquo – a depender do tipo semântico do verbo, representando, assim, uma relação de um-para-muitos entre o nível representacional e o nível morfossintático.

5. Considerações finais

A análise mostrou a existência de pelo menos três estratégias de expressão morfossintática da relação gramatical de sujeito: ordem dos constituintes, morfologia verbal e morfologia nominal. No cópuz foram encontrados exemplos dessas três estratégias. A análise dessas estratégias, por sua vez, mostra a existência de relações um-para-muitos e muitos-para-um na maior parte das línguas do cópuz, por meio da neutralização das funções semânticas *actor* e *undergoer* na função sujeito, seja em línguas nominativas, como o Dâw, ou línguas ergativas, como o Matis. Apenas uma língua da amostra apresenta uma relação um-para-um, a língua sabanê, na qual as funções *actor* e *undergoer* são expressas por meio de sufixos específicos para cada uma dessas funções.

Como já visto, a função sujeito seleciona um ponto de vista na oração, o do *actor*, do *undergoer* ou do *locative*, embora este último não tenha sido o foco de nossa pesquisa. Devido à alta frequência de línguas opacas na amostra, podemos inferir a importância da codificação morfossintática dessa perspectiva, em detrimento do esforço cognitivo realizado pelo falante.

A menor frequência de línguas com estratégias transparentes também foi constatada na análise realizada por Hengeveld e Leufkens (inédito), na qual, das 23 línguas da amostra, apenas uma não apresentou opacidade por meio de relações gramaticais. Nesse estudo, a classificação das línguas é realizada de forma binária, ou seja, línguas transparentes e línguas opacas. Contudo, como vimos, algumas línguas apresentam mais de uma estratégia para a realização dos argumentos da sentença, como o Apinajé, resultado que aponta para um caráter não absoluto de marcação de relação semântica, o que lhe dá um caráter opaco.

Embora a existência dessas línguas não invalide o tipo de trabalho realizado por Hengeveld e Leufkens (inédito), deve-se ter em mente a natureza complexa das relações gramaticais e as diversas estratégias de expressão dos argumentos, principalmente, ao realizar análises que busquem estabelecer um padrão no relacionamento entre opacidade e transparência e outras características morfossintáticas, ou mesmo, outros fenômenos, como a gramaticalização.

Referências

- Araújo, Gabriel Antunes (2004). *A grammar of Sabanê: a Nambikwaran language*. The Netherlands: Vrije Universiteit.
- Aikhenvald, Alexandra Y. (2003). *A grammar of Tariana, from Northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bacelar, Laércio Nora (2004). *Gramática da língua kanoê*. Nijmegen: Katholieke Universiteit Nijmegen.

- Bickel, Balthasar (2011). Grammatical relations typology. In Jae Jung Song (ed.). *The Oxford handbook of linguistic typology*, pp. 399-444. Oxford: Oxford University Press.
- Camacho, Roberto Gomes (1996). O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva. In Ingedore Grunfield Villaça Koch (org.). *Gramática do português falado*, pp. 259-279. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Chafe, Wallace (1970). *Meaning and the structure of language*. Chicago: Chicago University Press.
- Cunha, Maria Angélica Furtado (2006). Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto. *Gragoatá* 21: 115-131
- Dik, Simon Charles (1989). *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris.
- Durie, Mark (1985). *A grammar of Acehnese: On the basis of a dialect of North Aceh*. Dordrecht: Foris.
- Facundes, Sidney da Silva (2000). *The language of the Apurinã people of Brazil (Arawak)* (Tese de doutorado). Buffalo: University of New York at Buffalo.
- Farrell, Patrick (2005). *Grammatical relations*. Oxford: Oxford University Press.
- Ferreira, Rogério Vicente (2005). *Língua Matis (Pano): uma descrição gramatical* (Tese de doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Fleck, David William (2003). *A grammar of Matsigenka* (Tese de doutorado). Houston: Rice University.
- Fillmore, Charles (1968). The case for case. In Emmon Bach; Robert Th. Harms (eds.). *Universals in linguistic theory* 8: 1-88. New York: Holt.
- Fillmore, Charles (1977). The case for case reopened. In Peter Cole; Jerrold Sadock (eds.). *Syntax and semantics*, 8: pp. 59-81
- Hengeveld, Kees (2011). Introduction: Transparency in functional discourse grammar. *Linguistics in Amsterdam* 4(2): 1-22.
- Hengeveld, Kees; Leufkens, Sterre (inédito). *Transparent and non-transparent languages*.
- Hengeveld, Kees; Mackenzie, John Lachlan (2008). *Functional discourse grammar*. New York: Oxford University Press.
- Jackendoff, Ray (1972). *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Jackendoff, Ray (1990). *Semantic structures*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Leipzig Glossing Rules (2016). *Conventions for interlinear morpheme-by-morpheme glosses*. Disponível em (<https://www.eva.mpg.de/lingua/resources/glossing-rules.php>) (Acesso 10/02/2017).
- Li, Charles; Thompson, Sandra A. (1976). Subject and topic: a new typology of language. In Charles Li (org.). *Subject and topic*, pp. 457-489 New York: Academic Press.
- Magalhães, Marina Maria Silva (2007). *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá (família Tupi-Guarani)* (Tese de doutorado). Brasília: Universidade de Brasília.
- Martins, Silvana Andrade (2004). *Fonologia e gramática Dâw* (Tese de doutorado). Amsterdam: Vrije Universiteit Amsterdam.
- Oliveira, Christiane Cunha (2005). *The language of the Apinajé people of Central Brazil* (Tese de doutorado). Eugene: University of Oregon.

- Oliveira, Christiane Cunha (2014). A codificação das relações gramaticais nos complementos oracionais do Apinajé. *Signótica* 26(2): 287-308.
- Oliveira, Rosana Costa (2007). *Morfologia e sintaxe da língua xavante* (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Payne, Thomas Edward (1997). *Describing morphosyntax: A guide for field linguists*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pezatti, Erotilde Goretti (2014). *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola.
- Santos, Manoel Gomes (2006). *Uma gramática do Wapixana (Aruák): aspectos da fonologia, da morfologia e da sintaxe* (Tese de doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Stenzel, Kristine (2013). *A reference grammar of Kotiria (Wanano)*. Lincoln: University of Nebraska Press.

Abreviaturas

1	Primeira pessoa	M	Masculino
2	Segunda pessoa	N	Neutro
3	Terceira pessoa	NEG	Negativo, negação
A	<i>actor</i> (ativo)	NMLZ	Nominalizador
ABS	Absolutivo	NONPST	Não passado
ASP	Aspecto	OBJ	Objeto
ASS	Assertivo	PERC	Presenciado
COP	Cópula	PL	Plural
DAT	Dativo	POL	Polidez
DECL	Declarativo	POSS	Possessivo
DUR	Durativo	PRS	Presente
EP	Epêntese	PST	Passado
ERG	Ergativo	RECPST	Passado Recente
EV	Evidencial	REFL	Reflexivo
FACT	Factual	REFR	Referencial
FUT	Futuro	RELR	Relacionador
IMM	Imediato	RLS	Realis
IMPF	Imperfeito	SBJ	Sujeito
IND	Modo indicativo	SG	Singular
INTR	Intransitivo	U	<i>undergoer</i> (inativo)
IRR	Irrealis	VBLZ	Verbalizador

Recebido 19/5/2017 Revisto: 19/9/2017 Aceito: 25/9/2017.